

Juventude e sociedade : jogos de espelhos
Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas.

Regina Novaes

Este artigo busca evidenciar o contexto em que vive a juventude contemporânea; destaca alguns dos marcos geracionais que geram específicas demandas juvenis e, finalmente, tece considerações sobre os significados da expressão *jovens como sujeito de direitos*, um dos pressupostos para o desenho e validação de Projetos e Ações voltadas para este segmento populacional.

De início, vale lembrar que questionar a universalidade da categoria juventude significa reconhecer sua historicidade. Variam as idades cronológicas e as expectativas que as sociedades constroem sobre seus jovens. De fato, definições sobre infância, juventude e maturidade foram ganhando conteúdos, contornos sociais e jurídicos ao longo da história, no bojo de disputas econômicas e políticas. São arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam quando, como e por meio de quais rituais as sociedades reconhecem as passagens entre estas fases da vida.

Na sociedade moderna, embora haja variação dos limites de idade, a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. Por isto mesmo, de maneira geral, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências. Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação.

Para a juventude acena-se com uma espécie de “moratória social”. Isto é, a juventude é vista como etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, a saber: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania.

Certamente, entre os jovens contemporâneos, há diferenças culturais e desigualdades sociais. Hoje já é lugar comum falar em “juventudes”, no plural. Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, são desiguais e diferentes as possibilidades de se viver a juventude como “moratória social”, tempo de preparação. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades sócio-econômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes, hemisférios.

Há ainda outras desigualdades que se expressam particularmente na vida urbana. No Brasil, e pelo mundo afora, existem hoje jovens que são vistos com preconceito por morarem em áreas pobres classificadas como violentas. Com

diversos nomes, topografias e histórias, as periferias são - via de regra - marcadas pela presença das armas de fogo. São elas que sustentam tanto a tirania do narcotráfico quanto a truculência policial. A resposta à pergunta “onde você mora?” pode ser decisiva na trajetória de vida de um jovem. A “discriminação por endereço” restringe o acesso à educação, ao trabalho e ao lazer dos jovens que vivem nas favelas e comunidades caracterizadas pela precária presença (ou ausência) do poder público.

Além disto, a vivência da condição juvenil é também diferenciada em função de desigualdades de gênero, de preconceitos e discriminações que atingem diversas etnias. Mas isto ainda não é tudo. Os jovens de hoje também se diferenciam em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos, de galeras, de turmas, de grupos e de torcidas organizadas. Estes demarcadores de identidades podem aproximar jovens socialmente separados ou separar jovens socialmente próximos.

Em resumo, podemos dizer que diferentes segmentos juvenis formam um complexo caleidoscópio no qual se entrelaçam indicadores sociais reveladores. Desigualdades que, retro alimentadas por determinados preconceitos e discriminações, produzem distintos graus de vulnerabilidade juvenil.

Porém, com todas estas diferenciações internas, o que haveria de comum entre os jovens de épocas diversas? Certamente a dimensão biológica (os hormônios, a adrenalina, o corpo jovem), favorece a predisposição para a aventura e as representações de força e vitalidade motivando a ousadia de arriscadas práticas juvenis. Mas, para além do aspecto biológico, e apesar dos abismos sociais existentes, ser jovem em um mesmo tempo histórico é viver uma experiência geracional comum.

A juventude é como um espelho retrovisor da sociedade. Mais do que comparar gerações é necessário comparar as sociedades que vivem os jovens de diferentes gerações. Ou seja, em cada tempo e lugar, fatores históricos, estruturais e conjunturais determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes. Os jovens do século XXI, que vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização e múltiplas desigualdades sociais, compartilham uma experiência geracional historicamente inédita.

Para além das evidentes distâncias sociais que os separam, os jovens de hoje vivem em um momento no qual a tensão local-global se manifesta no mundo de maneira contundente. Nunca houve tanta integração globalizada e ao mesmo tempo, nunca foram tão agudos os processos de exclusão e profundos os sentimentos de desconexão. É verdade que estes aspectos têm conseqüências na sociedade como um todo, para todas as faixas etárias. Mas suas repercussões se agigantam sobre a juventude. Afinal as profundas mutações no mercado de trabalho atingem de maneira particular os jovens. É nesta fase da vida que se busca condições para a emancipação. , as relações entre juventude e sociedade se fazem como em uma espécie de jogo de espelhos: ora apenas

retrovisor, ora retrovisor e agigantador. Neste peculiar jogo dialético se produzem marcas geracionais, sensibilidades e disposições simbólicas comuns aos jovens que vivem em um mesmo tempo social.

Por isto mesmo, para compreender os processos sociais em curso, é preciso atentar para suas virtualidades. Não por acaso, entre os jovens sempre existem adesões ao estabelecido e, também, territórios de resistência e de criatividade. Assim como existem condicionantes sociais que provocam a total adesão à sociedade de consumo, existem outros que impulsionam a busca de novas alternativas. Medos e sentimentos de insegurança e desconexão desfavorecem a sociabilidade contemporânea e impõem limitações econômicas aos jovens, mas existem também uma série de sentimentos e predisposições simbólicas que impulsionam resistências, evidenciam potencialidades e possibilidades de invenções sociais historicamente inéditas.

Um novo casamento entre educação e trabalho

Como se sabe, a concepção moderna de juventude tornou a escolaridade uma etapa intrínseca da passagem para a maturidade. Já a partir das transformações do século XVIII e, sobretudo, após a segunda guerra mundial, “estar na escola” passou a definir a condição juvenil. Idealmente, o retardamento da entrada dos jovens no mundo do trabalho, garantiria melhor passagem para a vida adulta. Na prática, esta “passagem” não aconteceu no mesmo ritmo e modalidades em diferentes países e no interior de distintas classes sociais de um mesmo país. Amplos contingentes juvenis de famílias pobres deixam a escola e se incorporam prematura e precariamente no mercado de trabalho informal e/ou experimentam desocupação prolongada. Em outras palavras, pequenas minorias de jovens vivenciam a desejada “moratória social”, enquanto a grande maioria deles encurta a infância e, ao começar a trabalhar, antecipa a idade adulta. Podemos dizer que o trabalho nesta faixa etária também pode estar relacionado com a busca de emancipação financeira, mesmo parcial, que possibilite acesso a variados tipos de consumo e de lazer¹. Mas, para a grande maioria dos jovens brasileiros trabalhar cedo é uma questão de sobrevivência pessoal e familiar.

No entanto, a despeito das injustiças provenientes da concentração de renda e de oportunidades, décadas atrás os jovens podiam planejar melhor futuro e os mais pobres poderiam ter algum tipo de ascensão social em comparação com seus pais. Hoje, jovens de todas as classes e situações sociais expressam insegurança e angústias ao falar das expectativas em relação ao trabalho, no presente e no futuro. Estes sentimentos estão relacionados à consciência de que sua geração está submetida às rápidas transformações tecnológicas no mundo do trabalho. Ainda que os jovens mais pobres sejam os mais atingidos pelo processo de desestruturação/flexibilização/precarização das

¹ Não podemos esquecer que no setor serviços, aumenta o valor do quesito “aparência” que se baseia nos estereótipos do jovem consumidor branco de classe média.

relações de trabalho, jovens de diferentes classes sociais partilham o “*medo de sobrar*”.

Os jovens sabem que os certificados escolares são imprescindíveis. Mas sabem também que o diploma não é garantia de inserção produtiva condizente aos diferentes níveis de escolaridade atingida. Frente à globalização dos mercados, redesenha-se o mundo do trabalho. Rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho precarizando relações, provocando mutações, modificando especializações e sepultando carreiras profissionais. Daí o medo de sobrar.

Em contrapartida, setores críticos ao atual modelo de desenvolvimento apontam a necessidade de construir uma nova cultura em torno do trabalho, recuperando sua dimensão realizadora. Para que isto aconteça, demandam acesso a programas e ações governamentais e a Projetos de organizações não governamentais que lhes garantam iniciação e inserção criativa na vida produtiva. Na busca de postos de trabalho, fala-se hoje em “auto-emprego”, em micro e pequenos negócios, do trabalho cooperativo e associativo, da atuação remunerada em organizações do Terceiro Setor, em ocupações sociais. Neste contexto, surge também uma (re)valorização da ocupação rural (agrícola ou não-agrícola) e de novas profissões que surgem nas áreas do turismo, esporte, arte e cultura. Em alguns espaços sociais o conceito de Economia Solidária é utilizado para revalorizar ocupações e criar novas alternativas de inserção produtiva distinguindo-as da lógica tradicional do mercado de trabalho assalariado.

Na interface entre as desejadas melhorias do sistema escolar e a qualificação voltada para a inserção produtiva surge a demanda por inclusão digital. Não é por acaso que sigla NTICs (novas tecnologias de informação e comunicação) começa a freqüentar as pautas de reivindicações juvenis. As NTICs se tornam instrumentos úteis para a circulação de informações sobre vários temas e causas e, ao mesmo tempo, alimentam novas bandeiras de luta. Este é o caso do envolvimento de grupos de jovens na defesa do software livre (programa de código aberto) que significa dar liberdade para os usuários para executar, copiar, distribuir, estudar, modificar e aperfeiçoar o Programa.

Para fazer face ao “medo de sobrar”, que habita o imaginário dos jovens de hoje, é preciso políticas públicas que considerem as especificidades da atual condição juvenil. Ao sistema educacional está posto o desafio de oferecer respostas diferenciadas para possibilitar distintos modos de acesso e continuidade na formação escolar. Mais do que nunca os especialistas criticam a equação “educação de qualidade” como sinônimo de “bom adestramento da força de trabalho para o mercado”. Fala-se do trabalho como espaço de realização humana. Contudo, ao mesmo tempo, também não pode ignorar os medos e as angústias dos jovens, cuja inserção econômica é condição para a emancipação.

Com efeito, o casamento que parecia indissolúvel entre escola e trabalho está em crise e precisa ser re-pactuado. Um novo casamento entre educação e qualificação profissional pressupõe não só equipamentos e recursos humanos, mas também uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores de solidariedade e cooperação condizentes com as exigências do século XXI.

Inclusões para uma vida segura

De certa forma, ser jovem é ser suspeito. No senso comum e na mídia, o tema da violência está bastante associado aos jovens, sobretudo aos mais pobres, do sexo masculino e negros. Sempre há estatísticas para comprovar que “são eles os que mais matam e os que mais morrem”. Assim como o já citado “medo de sobrar”, o “medo de morrer” prematuramente e de forma violenta também povoa transversalmente o imaginário desta geração. Esta questão está colocada para todos.

Em outras gerações o gosto pela aventura e a vontade de correr risco estavam respaldados por uma expectativa: “ser jovem” é estar longe da morte. Esta geração, no entanto, convive diariamente com a morte que atinge fortemente seu grupo etário. Estão aí as estatísticas para comprovar as mortes de jovens atingidos por armas de fogo (em conflitos de bandos armados, durante as ações policiais, atingidos por balas perdidas) ou em acidentes de trânsito.

Ser jovem em um momento histórico em que o narcotráfico se constituiu como uma rede transnacional complexa (que se faz evidente apenas nas favelas e periferias²) e em que os interesses da indústria bélica garantem a proliferação e banalização das armas de fogo, não é sem conseqüências. Sobretudo se a estes dois aspectos adicionamos não só a corrupção e a violência policial, mas também ao despreparo das polícias para lidar com os jovens. Esta conjugação de fatores afeta a vida dos jovens de hoje.

Com efeito, a chamada “violência urbana” – com todas as imprecisões e inúmeros significados que estão contidos nesta expressão – está muito presente no imaginário desta geração. Não há quem não tenha uma história para contar de jovens amigos, primos, irmãos mortos prematuramente e de forma violenta. As de “duras” ou “achques” de policiais também rendem longas conversas entre jovens. Fala-se também de outros tipos de violência que atingem certos segmentos juvenis tornando-os ainda mais vulneráveis: são muitos os exemplos de discriminações étnicas, de gênero, de orientação sexual e de jovens portadores de necessidades especiais.

² Ver Machado (2000) para uma análise das operações efetivas constituintes da economia da droga na qual se evidencia que cada lugar é tão importante quanto qualquer outro para a organização do espaço-de-fluxos por meio do qual a dispersa comunidade ilegal controla o sistema.

Porém, em contrapartida, como atestam várias pesquisas, o tema da violência também é mobilizador para a participação social. Como sabemos, jovens com histórias ligadas à criminalidade tornaram-se público alvo (nos bairros, nas prisões, em espaços onde cumprem medidas sócio-educativas) de políticas públicas para a juventude. E, também, por vezes, tornam-se eles mesmos agentes de instituições (organizações juvenis, de ONGs, de grupos ligados às Igrejas) voltadas para o combate à violência policial e, como eles dizem, “para tirar os jovens do tráfico”. Em seu trabalho, utilizam seus próprios depoimentos sobre a experiência de envolvimento em situações de risco social. Não por acaso, reações contra mortes violentas de jovens nas mãos da polícia e ações contra a situação precária dos jovens nas prisões estão presentes tanto nos documentos de organizações juvenis quanto de organizações que trabalham com jovens.

As ações afirmativas têm sido um importante expediente para fazer frente a discriminações de gênero e raça. A premissa da ação afirmativa é a atenção diferenciada como estratégia de inibir a contínua reprodução das desigualdades, sem considerar a necessidade de valorizar a diversidade. As cotas representam uma das modalidades de ação afirmativa para facultar o acesso à educação, aos postos de trabalho e ao lazer. É verdade que não há consenso sobre os efeitos das ações afirmativas e das cotas para cada um destes grupos socialmente discriminados, mas estas são formas do Estado interferir no ciclo vicioso que realimenta as desigualdades sociais.

Em resumo, para se contrapor ao precoce “medo de morrer” de maneira violenta que tem lugar entre os jovens de hoje, políticas públicas devem se desenvolver com o objetivo de assegurar-lhes o direito à vida segura. Para tanto, não deve haver uma hierarquização e/ou uma cisão entre políticas de inclusão social e políticas específicas de enfrentamento e prevenção à violência. Isto porque há uma interdependência entre os processos de exclusão social que atingem diferentes segmentos juvenis e os mecanismos sociais detonadores de atos e atitudes de violência física e simbólica. Este entrelaçamento é uma das justificativas para que, neste início de milênio, se constituíam múltiplas ações intersetoriais com o objetivo de consolidar um campo das políticas públicas de juventude.

Jovens como sujeitos de direitos.

Entendendo ‘políticas públicas’ como ações cujo traço definidor é a presença do aparelho governamental/estatal³ em sua definição, validação,

³ A presença do aparato estatal deveria assegurar seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram parcerias com organizações da sociedade civil Sobre a definição de políticas públicas de juventude ver artigo de Carrano e Spósito (2003), ver também Rua (1998) e Castro e Abramovay (2003).

execução e avaliação, trata-se agora de refletir sobre as circunstâncias e os contextos sociais em que se tece o atual campo das *políticas públicas de juventude*.

Como já foi dito, as respostas às demandas dos jovens desta geração exigem que se considere o novo contexto mundial e as características da sociedade brasileira. Ou seja, é preciso levar em conta as dívidas sociais que se acumularam ao longo do nosso passado histórico; lançar um olhar específico para as urgências que se colocam no presente e ter como perspectiva as necessidades futuras dos jovens de hoje.

No que diz respeito às políticas públicas de juventude, um de seus desafios é combinar projetos e ações que assegurem igualdade de direitos da cidadania; valorização da diversidade juvenil por meio de ações afirmativas e respostas às demandas que dizem respeito à atual condição juvenil. A conjugação destes aspectos exige uma nova maneira de olhar - um novo paradigma - sobre as vulnerabilidades e potencialidades dos diferentes segmentos da juventude brasileira.

Novas alternativas de inserção societária estão inscritas no campo de possibilidades dos jovens de hoje. De fato, o surgimento da consciência ecológica, as ameaças da indústria bélica e os movimentos populacionais, assim como o multiculturalismo no mundo globalizado, provocaram uma ampliação da noção de direitos de cidadania.

Sempre é bom lembrar que, na cultura política moderna, a noção de “direito” personificou e sintetizou a promoção da igualdade. Todo ser humano, reconhecido como cidadão, passou a ser formalmente um portador de direitos. No decorrer do tempo, a ação discursiva do “direito” funcionou como ferramenta pública, legitimando lutas por sua consagração, efetivação e ampliação. A partir de uma geração de direitos outra é criada, em um jogo dinâmico em que a consolidação de uma abre espaço para a emergência da outra. A primeira geração foi a que consagrou os direitos civis e políticos, depois veio a segunda, marcando a emergência dos direitos sociais⁴ e, por último, como produto da ação de diversos movimentos sociais nas últimas décadas do século XX, é reconhecida há certo tempo - inclusive em nossa Constituição Federal - a terceira geração direitos, caracterizada pela consagração dos direitos difusos⁵. Ao contrário das duas outras gerações, seus titulares são grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais. A função desses direitos é a de garantir condições para que esses grupos sociais possam existir e se desenvolver integralmente, sem serem subjugados ou discriminados.

⁴ Segundo o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 são considerados direitos sociais os direitos à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, cultura, segurança, proteção à maternidade e assistência aos desamparados.

⁵ É, precisamente, pelo fato de serem direitos atribuídos a grupos sociais e não a indivíduos que são chamados de “difusos”.

A consagração dos direitos difusos teve amplas conseqüências sociais. Se os tempos modernos se caracterizaram pela busca da igualdade por meio da consagração de direitos individuais, no mundo contemporâneo a matriz política é definida pelo reconhecimento e valorização da diferença e das identidades coletivas.

Por um lado, os direitos da juventude podem ser pensados no cenário dos direitos de terceira geração⁶. Ou seja, considerando o fato dos jovens comporem o contingente populacional mais vitimizado pelas distintas formas de violência presentes no Brasil; enfrentarem enormes dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho; sofrerem impedimentos no acesso a bens culturais; não terem assegurado o direito a uma educação de qualidade e não receberem tratamento adequado no tocante às políticas públicas de saúde e lazer, o reconhecimento de seus direitos diz respeito ao seu desenvolvimento integral (direitos civis e sociais), o que é de interesse de todo o conjunto da sociedade, e diz respeito também à valorização da diferença e das identidades coletivas (direitos difusos).

Por outro lado, é importante lembrar que a idéia de “juventude como sujeito de direitos” é muito recente. Para sua futura consolidação, há um outro fator importante a ser considerado: a atual reapropriação da Declaração dos Direitos Humanos. Na cena pública atual, não se trata mais de consagrar abstratamente a Declaração dos Direitos Humanos ou de “desmascará-la” como símbolo da expansão européia e ocidental sobre o resto do mundo. Grandes encontros internacionais se encarregaram de torná-la instrumento de negociação importante nas lutas e ações para inclusão social neste planeta produtor de exclusão. Daí os DESCAs (Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais). Seus defensores advogam a unicidade e a indivisibilidade dos direitos a partir da realidade de vida das populações com direitos violados e sequer alcançados. De fato, hoje a idéia de “direitos humanos” funciona como uma chave de leitura para compreender processos históricos e lidar com tensões da geopolítica mundial. Tornou-se um instrumento de pactuação entre países para combater preconceitos e discriminações decorrentes de desigualdades sociais de diferentes tipos.

De maneira geral, podemos dizer que nas últimas duas décadas se expandiu a área de interseção entre as noções de direitos de cidadania e de direitos humanos. Nesta intercessão é que ganha sentido a idéia de “jovem como sujeito de direitos”. Os direitos da juventude podem ser vistos como uma nova intercessão entre direitos de cidadania (civis, sociais e difusos) e os acúmulos internacionais em torno da categoria “direitos humanos”, este

⁶ Por seu caráter coletivo, também são direitos de terceira geração a preservação ambiental, cultural e histórica.

expediente regulador que é acionado na resolução de conflitos de diferentes tipos. Ora, o jogo diplomático entre o nacional e o internacional é fundamental para o reconhecimento da “juventude como sujeito de direitos”. Afinal, as principais transformações que atingem os jovens também escapam ao nível de decisões nacionais (transformações no mundo do trabalho, narcotráfico mundial, indústria bélica), não se circunscrevem ao controle democrático de qualquer país.

Mas isto ainda não é tudo. Na intercessão entre direitos de cidadania e direitos humanos não se destacam apenas os valores de justiça, igualdade e diversidade cultural, também há lugar para categorias como auto-estima e solidariedade. Tal combinação pode oferecer uma historicamente inédita equação entre motivações pessoais (que partem do subjetivo, mas não ficam restritas a questões de foro íntimo) e motivações coletivas (que exigem objetivação, ações no aqui e agora no espaço público). Com efeito, para esta geração juvenil ampliam-se as possibilidades de engajamento social a partir de sentimentos gerados na esfera da vida privada (medo de sobrar, medo de morrer, insegurança, desconexão, indignação). Não por acaso, observando o conjunto das consignas e formas de organização juvenis, notamos que questões relativas à sexualidade (outrora inerente à vida privada, proscrita no campo da participação política) são hoje levados ao espaço público tanto por meio do combate ao machismo e à homofobia, quanto por meio da categoria “direitos reprodutivos”. É por este cenário social que transita a expressão “jovem como sujeito de direitos”.

Enfim, considerando os jovens como “sujeitos de direito”, evita-se generalizações frágeis que produzem o entendimento de que a juventude é uma faixa-etária problemática (seja como principal vítima dos problemas socioeconômicos do país, seja como expressão maior do individualismo consumista do mundo atual). Evita-se também sua idealização como a única protagonista da mudança, em uma nova interpretação heróica de seu papel mítico. Como “sujeito de direitos”, universais e específicos, a juventude não só refletirá a sociedade, mas está desafiada a reinventá-la. Compreender estas especificidades é essencial para a elaboração e implementação de políticas públicas de juventude⁷.

Referências

ABRAMO, Helena. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. Juventude e Contemporaneidade. RBPE nº 5 e nº 6, ANPED, 1997.

⁷ Sobre políticas públicas de juventude no Brasil ver o documento Política Nacional de Juventude Diretrizes e Perspectivas, elaborado pelo Conselho Nacional de Juventude, 2006.

Castro, Mary e Abramovay, Miriam Por um novo paradigma do Fazer Políticas de/ para/com juventudes. UNESCO 2003

FREIRE, Jurandir Costa “Perspectivas da Juventude na Sociedade de Mercado” in Juventude e Sociedade, Novaes, R e Vannuchi, P, ED. Fundação Perseu Abramo, 2004.

KEHL, Maria Rita “Juventude como sintoma da cultura” in Juventude e Sociedade, Novaes Regina e Vannuchi, P (orgs), Fundação Perseu Abramo, 2005.

MACHADO, L. O. (2000): Limites e fronteiras. Da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. In Revista território, Rio de Janeiro, ano V, n8, pp 7-23, jan/jun.

NOVAES, Regina R. “Juventudes cariocas: mediação, conflitos e encontros culturais”. In: Vianna, H. Galerias cariocas, Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

Novaes, R e Vannuchi P Juventude e Sociedade, ED. Fundação Perseu Abramo, 2004.

Política Nacional de Juventude. Diretrizes e Perspectivas. Conselho Nacional de Juventude, 2006 Fundação Friederic Ebert, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria Geral da Presidência da República.

REYES, Yuri. “Morfología institucional de las políticas públicas de juventud: una lectura desde el perfil regional y la expectativa iberoamericana”. Organización Iberoamericana de Juventud Madrid, 2004.

Rua, Maria das Graças As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas, Brasília: CNPD, 1998.

Spósito, Marília e Carrano, Paulo César Juventude e políticas públicas. Revista Brasileira de Educação, set/out/no/dez 2003, número 24.

VIANNA, Hermano (org). Galerias Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.